



VIOÊNCIA

Segundo a polícia do Mato Grosso, tragédia envolveu homens que seriam seguranças dos garimpeiros e tentavam impedir uma fiscalização do Ibama. Foram apreendidos um fuzil, uma submetralhadora, uma espingarda, duas pistolas e um revólver

Confronto em garimpo ilegal deixa cinco mortos

» FERNANDA STRICKLAND

Divulgação/PRF



Cinco pessoas morreram, na madrugada deste domingo, em um confronto entre agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e garimpeiros ilegais, na Terra Indígena Sararé, em Pontes e Lacerda, a 483 km de Cuiabá (MT). A tragédia aconteceu durante uma operação de fiscalização contra a mineração clandestina na região.

Segundo as autoridades, os servidores foram recebidos a tiros pelos garimpeiros ao tentarem desarticular as atividades ilícitas. No confronto, os agentes, em parceria com forças de segurança, reagiram aos disparos, resultando na morte dos cinco suspeitos. Três deles, foram apontados como "seguranças" de garimpeiros.

Os corpos foram levados para perícia e o local permanece sob monitoramento para evitar novos conflitos. Além dos óbitos, as equipes de fiscalização apreenderam um arsenal considerável em posse dos garimpeiros, o que evidencia o grau de organização e periculosidade do grupo.

Entre as armas apreendidas, estão um fuzil calibre 556, uma submetralhadora, uma espingarda calibre 12, duas pistolas e um revólver, além de grande quantidade de munições e outros acessórios utilizados nas atividades criminosas.

A operação faz parte de um esforço contínuo do Ibama e das autoridades estaduais e federais para conter o avanço do garimpo ilegal na Amazônia e em outras regiões do país. As autoridades investigam se os garimpeiros mortos tinham ligação com facções criminosas e se o armamento apreendido foi obtido de forma ilícita.

A operação, que começou na segunda-feira da semana passada, conta com o apoio de três

Arsenal foi apreendido por agentes após o tiroteio no Mato Grosso. Segundo a polícia, homens faziam a "segurança" dos garimpeiros. Cinco pessoas foram mortas



Para que a mineração aconteça de forma legal, é preciso de licenças na Agência Nacional de Mineração. É necessário ver todos os possíveis impactos, novas formas e como explorar, até onde pode desmatar, o que fazer com o rejeito. Tudo isso é pensado"

Charles Daer, ambientalista

aeronaves. Até o momento, foram destruídas: 30 escavadeiras, 22 caminhonetes, dois caminhões, uma pá-carregadeira, 6 motos, 25 acampamentos e 5 mil litros de combustível. O Território Indígena Sararé, que tem 67 mil hectares e é habitada por grupos Nambiquara, é uma das áreas mais afetadas pelo garimpo ilegal no Brasil.

Prejuízo

A mineração ilegal, além de causar danos ambientais

irreparáveis, é frequentemente associada a outras atividades criminosas, como o tráfico de armas e a exploração de mão de obra em condições degradantes. Segundo o ambientalista Charles Daer, explica que o garimpo legal requer uma série de investimentos e autorizações específicas do governo federal.

"Para que a mineração aconteça de forma legal, é preciso de licenças na Agência Nacional de Mineração. É necessário ver todos os

possíveis impactos, novas formas e como explorar, até onde pode desmatar, o que fazer com o rejeito. Tudo isso é pensado", diz.

O ambientalista destaca o impacto da exploração das terras. "O garimpo, em si, é uma atividade ilegal. Todo mundo que está atuando ali, está à margem da lei, não tem nenhuma preocupação, nem com registro, muito menos com questões ambientais. Tudo isso vai no oposto do que é a regularização regularizada", aponta.

JUSTIÇA

Conciliação histórica para os indígenas

» VITÓRIA TORRES

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em homologar um acordo para retirar fazendeiros do Território Indígena Nande Ru Marangatu, no Mato Grosso do Sul, acendeu uma esperança de pacificação dos conflitos do país. Na região, foram quase 30 anos de violência e tensão, mas que podem cessar depois da assinatura do compromisso.

O acordo foi mediado pelo ministro Gilmar Mendes e prevê que os fazendeiros deixem a área até 9 de outubro. Após esse prazo, os indígenas poderão ingressar no território de maneira pacífica, encerrando um conflito que incluiu a morte do jovem Neri Guarani Kaiowá, baleado durante uma operação da Polícia Militar em 18 de setembro.

A terra possui 9 mil hectares. Segundo o entendimento alcançado entre as partes, haverá o pagamento de indenizações milionárias aos fazendeiros — que

deve ser quitado pela União. O acordo estipula R\$ 27,8 milhões pelas benfeitorias nas propriedades e R\$ 101 milhões pela terra nua. O Governo do Mato Grosso do Sul contribuirá com R\$ 16 milhões. Todos os processos judiciais relacionados à disputa devem ser extintos sem resolução de mérito, totalizando mais de R\$ 144 milhões.

O presidente da Farmasul, sistema de agropecuária do Mato Grosso do Sul, Marcelo Bertoni, comemorou o consenso. "O diálogo foi a principal ferramenta para resolver esse conflito. Esse é um caminho que se abre para negociações em todos os estados onde há área em conflito, desde que todos os lados estejam dispostos a resolver: Justiça, estados, União, indígenas e produtores rurais", afirmou ao *Correio*.

Segundo ele, o acordo abre caminho para que outras regiões do país, em que há conflitos semelhantes, possam encontrar soluções pacíficas. "Embora ainda

Antonio Augusto/STF



Acordo histórico foi assinado para solucionar o conflito fundiário envolvendo demarcação de terra indígena

haja muitos desafios pela frente, esta decisão representa um grande passo para garantir a paz no campo. O entendimento entre indígenas e fazendeiros é algo inédito e esperamos que sirva de inspiração para a resolução de outros casos", completou.

Os fazendeiros também

comemoram. Dácio Quiroz, produtor rural da região, destacou a importância do acordo para o futuro do setor. "Vamos virar esta página e fazer com que o setor continue produzindo onde quer que estejamos com este novo recurso. Nós vamos recomeçar e continuar contribuindo para um

Brasil melhor", disse.

Por outro lado, o advogado Leandro Marmo, especialista em agronegócio, ressaltou que, embora seja considerado um progresso, há desafios para o cumprimento da decisão. "O custo dessa solução é elevado para o Estado. Estamos falando de mais

de R\$ 117 milhões em dinheiro público para indenizar os proprietários de terras", defendeu.

Uma das lideranças indígenas presentes na audiência do acordo no STF, Simão Guarani Kaiowá, relembrou a trajetória de luta e violência sofrida por seu povo, em pronunciamento feito durante a 57ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Ele é sobrevivente de um massacre ocorrido em 2016.

Em todas as regiões do Brasil, milhares de indígenas ainda lutam pelo direito de viver em seus territórios tradicionais, enquanto fazendeiros e produtores rurais buscam a regularização de suas propriedades. "Forçamos nosso povo a desistir das terras sagradas. Montam armadilhas e oferecem outras terras. O Congresso avança contra nossos direitos", disse Simão Guarani Kaiowá.

*Estagiária sob a supervisão de Luana Patriolino